

O MARXISMO SOB A PERSPECTIVA DO PARADIGMA DA ESCOLHA RACIONAL*

Túlio Velho Barreto.**

Introdução

Embora a obra de Karl Marx nunca tenha deixado de ser alvo privilegiado de estudos os mais diversos, após a desintegração das experiências “comunistas” no Leste europeu, sob a direção do stalinismo, a discussão sobre suas idéias ganhou novos contornos.

Hoje, discorre-se largamente sobre a crise do marxismo como resultado da crise do “socialismo real”. Fala-se em seu fim. Defende-se a necessidade de reciclá-lo ou reconstruí-lo. Tenta-se atestar o que nele estaria vivo e o que estaria morto. Da mesma forma, propõe-se sua releitura a partir de métodos, em certa medida, estranhos e, às vezes, execrados pelo próprio Marx.

De uma maneira geral, o objetivo deste texto não é o de relacionar ou discutir as diversas tonalidades de um espectro pós-marxista. Isto é, nem esses estudos nem os pensadores que têm assumido tais tarefas. Sendo o espectro bastante amplo, preocupei-me apenas com um segmento.

Particularmente, propus-me a identificar aspectos da obra de autores conhecidos como *marxistas analíticos*, observando, eventualmente,

* Versão anterior deste texto foi apresentada na 46ª Reunião da SBPC (17-22/7/94), realizada em Vitória (ES) e fez parte da série *Textos para discussão* (nº 62/97), do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco. Agradeço a Anatalde de Paula Crespo por sua leitura criteriosa e suas sugestões. No entanto, os eventuais erros e deslizes que tenham permanecido são de minha responsabilidade.

** Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco (e-mail tulio@fundaj.gov.br).

o que há de comum e o que os diferencia com relação, principalmente, à maneira como dialogam com a obra marxiana no que diz respeito às questões metodológicas. Ressalto, entretanto, que fazê-lo não significa concordância pura e simples com o pensamento expresso pelos autores que serão aqui tratados. Pretendo, com isso, principalmente organizar material de leitura, por um lado, e possibilitar o contato do leitor não familiarizado com os autores e o paradigma aqui abordados, por outro.

Os *marxistas analíticos* formam um grupo interdisciplinar de intelectuais de diversas nacionalidades que, ao longo de quase vinte anos, têm mantido, embora de forma desigual, permanente diálogo com a obra de Marx. Portanto, as críticas e as discussões que eles fazem extrapolam a mera crítica e/ou autocrítica tão em voga nos últimos anos, em especial após a queda do Muro de Berlim e o fim da URSS.

Seu núcleo central estava organizado, nos anos 80, em torno da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, e é formado por Jon Elster (norueguês, professor de Ciência Política daquela Universidade); Adam Przeworski (polonês, foi também professor de Ciência Política em Chicago e hoje leciona em Nova York); Gerald Allen Cohen (norte-americano, professor de Teoria Social e Política e *fellow* da *All Souls*, em Oxford, Inglaterra); John Roemer (inglês, professor de Economia na Universidade da Califórnia); e Erik Olin Wright (norte-americano, professor de Sociologia na Universidade de Wisconsin e diretor do *Havens Center for the Study of Social Structure and Social Change*, nos EUA) (Roemer, 1989, pp. 7-8). Wright tem publicado seus trabalhos em co-autoria com Andrew Levine e Elliot Sober e, por ser o mais conhecido entre nós, a partir de agora irei me referir a Wright e colaboradores para remeter a suas obras coletivas. É largamente aceito que estes são os mais ativos e influentes ou estão entre eles (Haguette, 1992, p. 179; Levine, Sober & Wright, 1989, p. 57; prefácio de Maria Hermínia Tavares de Almeida *in* Przeworski, 1991; Ester Hamburger *in* Elster, 1991, p. 95; Nielsen, 1993, p. 9; apresentação de Plínio Dentzien *in* Elster, 1989b, pp. 9-10).

Para efeito deste texto, utilizo como ponto de partida um livro (1989b) e principalmente um artigo de Elster (1989c). O último, publicado originalmente em 1982, teve o mérito de provocar um amplo debate

que alimentou por muito tempo discussões entre os *marxistas analíticos*, e entre eles e intelectuais com orientações distintas. Assim, farei uma síntese do que considero principal em Elster para depois, na seção seguinte, abordar brevemente os demais, tendo Elster e sua obra sempre como referência.

O Marxismo analítico

É importante, antes de mais nada, observar como os *marxistas analíticos* entendem o que é ou o que significa ser um *marxista analítico*. Nada melhor que considerar o que dois de seus mais representativos autores pensam a respeito.

Para um dos mais ativos deles, Przeworski, por exemplo,

marxismo analítico é um rótulo atribuído de fora a um grupo de intelectuais que inclui Elster, Cohen, Roemer, Wright, Brenner, Van Parys e eu [...] Para mim, *marxismo analítico* é um método que consiste em tomar algumas suposições da teoria marxista e em aplicar os procedimentos científicos normais, ou seja, dedução e observação empírica, para examinar sua validade [...] eu acho que a teoria marxista da história tem que ser julgada do mesmo modo que qualquer outra teoria, ou seja, pelo argumento da evidência (*Apud* Haguette, 1992, p. 179; entrevista publicada originalmente no jornal *Folha de São Paulo*, em 20/1/90).

Já Elster, em entrevista publicada pelos *Novos Estudos CEBRAP*, afirma que um critério que deve definir se alguém é ou não um marxista analítico está em

[...] sua disposição de abandonar as visões marxistas no caso de haver conflito entre suas concepções e um argumento empírico ou lógico. Para ser um marxista analítico não basta usar técnicas analíticas, economia matemática ou análise lógica combinadas com fortes concepções marxistas. Muita gente faz isso e parece marxista e analítico. No entanto, se você olha o desenvolvimento das idéias dessas pessoas, vai descobrir que em geral as conclusões são definidas *a priori* e os argumentos são definidos em função das conclusões. O grupo que se autodenomina 'marxista analítico' se caracteriza – eu acho – por sua disposição de abandonar as conclusões marxistas nos casos em que a evidência empírica ou os

argumentos lógicos em contrário sejam muito fortes. Não estou dizendo que nossa abordagem é completamente desprovida de algum compromisso com idéias marxistas, apenas que devemos ser capazes de abandonar antigas concepções quando elas não resistem a esse teste relativo [...], porque para mim o marxismo analítico é simplesmente sinônimo de pensamento claro; envolve tão só a disposição de adotar os instrumentos disponíveis mais adequados, quaisquer que sejam eles, matemática, lógica etc. [...] Creio que no coração do marxismo analítico está o individualismo metodológico" (1991, p. 99).

Wright e colaboradores, por outro lado, traçam um perfil histórico dos *marxistas analíticos* e de suas obras. Assim, eles procuram mostrar como, no âmbito do *marxismo analítico*,

a filosofia analítica, a ciência social empírica e a análise econômica clássica se mesclaram com as preocupações teóricas e políticas do marxismo tradicional. Como uma estratégia de reconstrução do marxismo, o marxismo analítico aspira, acima de tudo, a esclarecer rigorosamente conceitos e pressupostos fundamentais, e a lógica dos argumentos teóricos implícitos nesses fundamentos [...] os marxistas analíticos se sentem mal diante de esquemas programáticos vagos, de tipo totalmente abrangentes, e com posturas que escapam a formulações precisas (1993, p. 18).

Estes três autores (Wright, Levine e Sober, em especial o primeiro) são considerados *marxistas analíticos*, muito embora se refiram aos *marxistas analíticos* (Elster, Przeworski, Cohen, Roemer, por exemplo) como quem os observa e os analisa com certo distanciamento. Como se fossem, enfim, interlocutores privilegiados daquela corrente. Por esta razão - a natureza dúbia da relação -, utilizo-me deles antes de deter-me em Elster, para caracterizar mais precisamente o que significa o *marxismo analítico*.

Wright e colaboradores identificam o *marxismo analítico* como uma corrente que tem "suas raízes na cultura de língua inglesa" (1993, p. 20), colocando-se entre o que eles chamam de "ortodoxia comunista" (um certo tipo de marxismo oficial, identificado com o stalinismo e de origem na ex-URSS) e de "marxismo ocidental" (parece-me que, em especial, aquele de língua francesa e alemã), portanto, não contaminado por nenhuma das duas vertentes (*op. cit.* p. 21).

Assim como Elster e Przeworski, eles consideram que ser *marxista analítico* talvez signifique “a decisão de assumir totalmente as normas científicas e filosóficas convencionais” (*idem*). Isto é, assumir que é falso estabelecer uma distinção entre a chamada “ciência social burguesa” e o marxismo no que diz respeito ao método. Diferentemente, aliás, de autores que transitaram no marxismo sob a influência do stalinismo e depois romperam com ele, como, dentre outros, Luckáks (1989, pp. 15-40). Neste aspecto, portanto, eles concordam com Przeworski e Elster, mas também com Cohen, pois todos consideram que a distinção fundamental entre a “ciência social burguesa” e o marxismo está traduzida nas afirmações substantivas e não na existência de um “método marxista” (Przeworski, 1988; Elster, 1989b, pp. 35-53, e 1989b; Cohen, 1990).

Finalmente, para eles, os *marxistas analíticos* não rejeitam totalmente os “elementos específicos tradicionalmente contidos na expressão ‘método marxista’”, pois

o ponto aqui é que, para eles serem úteis, tais elementos devem ser traduzidos em uma linguagem de causas, mecanismos e efeitos, e não serem deixados como princípios filosóficos evasivos [...]. O marxismo, no *marxismo analítico* é, pois, mais frágil que o das correntes anteriores do pensamento marxista (Levine, Sober & Wright, 1989, pp. 23-24).

Observo também que Nielsen tende a corroborar a posição de Wright e colaboradores quando ressalta que

os marxistas analíticos são falibilistas, prontos para abandonar toda e qualquer posição de Marx se ela entrar em conflito com a experiência. Tipicamente, articulam e defendem uma versão mais fraca de materialismo histórico, tratando-a como uma visão do que pode acontecer historicamente e de como devemos lutar para fazer as coisas acontecerem (1993, p. 5; a citação é do resumo do artigo).

Finalmente, Haguette, ao procurar identificar o lugar reservado ao *marxismo analítico* e sua contribuição principal, considera que

O pressuposto neoclássico de que os indivíduos agem em função de escolhas racionais decididas em situações diferenciadas, assumida pelo Marxismo Analítico, restabelece o trânsito entre

o individual, o coletivo e o estrutural, abrindo amplas possibilidades para a explicação de fenômenos sociais antes obnubilados pelas várias ortodoxias que cerceavam a *imaginação sociológica* tão cara a Marx quanto a Wright Mills" (1992, pp.11-2).

A crítica de Elster e sua proposta metodológica

Esta seção está dividida em duas partes, a saber: na primeira, exponho brevemente a crítica de Elster aos recursos metodológicos do marxismo e a alternativa, do ponto de vista filosófico, que ele oferece, que, em última análise, justificam a rejeição daqueles recursos; e na segunda, procuro, também de forma sucinta, apresentar o instrumento metodológico proposto e utilizado por Elster para resolver os problemas identificados anteriormente, ou seja, a teoria dos jogos.

A crítica de Elster aos recursos metodológicos do marxismo

Jon Elster tem defendido argumentos em favor da utilização do "individualismo metodológico" como instrumento ou, como ele mesmo afirma, "o" instrumento que, uma vez adotado pelo marxismo, possibilitaria microfundamentos à sua teoria social. Sem isso, o marxismo continuaria a utilizar os princípios funcionalistas de uma "má ciência social burguesa", assimilados desde Marx como resultado de seu "coletivismo metodológico". Pois, de um lado, na análise do capitalismo, a categoria "capital" é tratada como irreduzível, é uma categoria coletiva e só assim parece, para os marxistas, possuir poder explicativo. E, de outro, no âmbito do materialismo histórico, "a 'humanidade' aparece como sujeito coletivo cujo florescimento no comunismo constitui o fim da história" (1989b, pp. 35-45).

Sua crítica mais geral estará, como mostrarei, baseada na combinação de uma crítica particular (1) ao marxismo-funcionalista, (2) à teoria da história de Marx e (3) à ciência social marxista. No entanto, para a compreensão da discussão aqui tratada, é importante explicitar o que Elster entende por "individualismo metodológico". Isto é,

a doutrina segundo a qual todos os fenômenos sociais (sua

estrutura e sua mudança) são explicáveis, em princípio, apenas em termos de indivíduos: de suas características, fins e crenças. Essa doutrina não é incompatível com nenhuma das proposições verdadeiras que se seguem: (a) indivíduos freqüentemente têm fins que envolvem o bem-estar de outros indivíduos; (b) eles freqüentemente acreditam em entidades supra-individuais não redutíveis às crenças que têm sobre os indivíduos [...]; (c) muitas características dos indivíduos, tais como 'autoridade' e 'poder', são irredutivelmente relacionais, de modo que uma descrição precisa de um indivíduo deve ser feita por referência a outros indivíduos (1989b, p. 36; 1989c, p. 164).

Assim, acredita que o marxismo não pode recusar-se mais a aceitar a escolha racional e a teoria dos jogos como instrumentos ou recursos metodológicos válidos, pois essa teoria "é de valor inestimável para qualquer análise do processo histórico centrado na exploração, conflito, aliança e revolução" (1989c, p. 163). Por isso, o marxismo deve assumir o "individualismo metodológico", condição necessária para dotar sua teoria de microfundamentos.

Reconhece, no entanto, que se trata de uma forma de reducionismo, pois leva-nos "a explicar fenômenos complexos em termos de seus componentes mais simples" (1989b, pp. 36-37). Mas essa é, segundo ele, uma estratégia fundamental e largamente utilizada pela ciência. Desta forma, se o marxismo se negar a compreender "os mecanismos que operam a nível individual, [suas] teses [...] de amplo alcance sobre macroestruturas e as mudanças de longo prazo são condenadas a permanecer como especulações" (1989c, pp. 164-165).

Por conseguinte, ele critica Marx por explicar as instituições e os fenômenos sociais pela funcionalidade que têm para a manutenção e o desenvolvimento do capitalismo e a contínua dominação da burguesia, pois a teoria marxista da história admite que "em uma sociedade capitalista todas as atividades beneficiam a classe capitalista e esses benefícios explicam sua presença" (*op. cit.*, p. 169). Contrariamente, contesta ele, é necessário que se busquem explicações anteriores ou concomitantes à ocorrência de um fenômeno ou à criação de uma instituição, por exemplo.

Seguindo em suas críticas, Elster admite que Marx tinha uma teoria da história que se baseava numa filosofia da história. Essa teoria

pode ser dividida em (1) uma teoria empírica (das quatro fases correspondentes aos modos de produção fundamentados na divisão de classes) e (2) na noção especulativa da unidade que existiria antes (comunismo primitivo) e existirá depois (no comunismo) dos quatro modos observados.

Relativamente à questão do Estado, Elster entende que a maioria dos marxistas parece acreditar que tudo que existe e ocorre numa sociedade capitalista, e neste caso estaria incluído o papel reservado ao Estado, pode ser creditado ainda às necessidades de acumulação de capital e aos interesses da burguesia. Assim, ele estende sua crítica aos marxistas posteriores a Marx, que denomina de neomarxistas.

Esses trabalhos neomarxistas parecem orientar-se pelos seguintes princípios: (I) todas as ações do Estado servem ao interesse coletivo da classe capitalista; (II) qualquer ação que servisse aos interesses coletivos da classe capitalista seria de fato assumida pelo Estado; (III) exceções do primeiro princípio são explicadas pela 'relativa autonomia do Estado'; (IV) exceções ao segundo princípio são justificadas na linha dos *Dezetoito Brumário*: é do interesse político da burguesia que o Estado não intervenha sempre para promover os interesses econômicos da burguesia (*op. cit.*, p. 177).

Por conseguinte, ele chama a atenção ainda para o fato de que, se analisadas em conjunto, as duas primeiras proposições são contraditas pelas duas últimas. O que reforçaria sua crítica ao recurso metodológico que o marxismo faria do funcionalismo.

Em seguida, Elster trata de autores marxistas contemporâneos que, para ele, entendem o Estado com três funções básicas: repressão, legitimação e criação das condições para a acumulação. Os marxistas mais tradicionais enfatizam a primeira, enquanto os modernos, a segunda. Ali, centra sua crítica nos autores modernos. Considera que o problema da ação coletiva deve ser abordado na medida em que há interesses individuais que se sobrepõem a interesses coletivos (por exemplo: fracassos que existem em ações coordenadas de reajustes salariais, de cartelização, na realização de greves etc.).

Neste mesmo sentido, Elster identifica a influência hegeliana no

pensamento marxista, manifestada na concepção “de que a história é um ‘processo sem sujeito’”, constituindo-se a história, portanto, em “processos guiados por uma finalidade sem um sujeito intencional”. Ele denomina esse recurso de teleologia objetiva (*op. cit.*, p. 166).

Do ponto de vista filosófico, a alternativa proposta por Elster consta de vários de seus textos (1989a, pp. 9-10; 1989b, pp. 11-12; 1989c, p. 181). Aqui, utilizo-me de uma edição em castelhano de *Ulisses e as sereias*, original de 1979. Naquela obra, é possível observar princípios e proposições entre os quais defende, por exemplo, (a) que existem basicamente três modos de explicação na ciência: a causal, a funcional e a intencional; (b) que todas as ciências utilizam a explicação causal; (c) que nas ciências sociais não há lugar para a explicação funcional; (d) que se deve estudar a conduta animal e a humana com as noções de função e de intenção como idéias reguladoras, mas que nem toda conduta animal é funcional, assim como nem toda conduta humana é racional ou intencional, mas que existe uma suposição bem fundada de que, tipicamente, é isto o que ocorre (1989a, pp. 9-10).

A proposta metodológica de Elster: a teoria dos jogos

No que diz respeito à teoria dos jogos, como instrumental metodológico do paradigma da escolha racional, adotado claramente por ele, Przeworski e Roemer, procurarei em seguida apresentar uma breve síntese da descrição feita por Elster (1989c, pp. 182-204), por considerar uma ilustração necessária.

Entretanto, Elster aponta dois pressupostos que considera básicos para a teoria da escolha racional:

- (1) que as restrições estruturais não determinam completamente as ações praticadas por indivíduos em uma sociedade e (2) que dentro do espectro de ações factíveis e compatíveis com aquelas restrições, os indivíduos escolhem as que acreditam lhes trarão os melhores resultados (p. 182).

A teoria dos jogos, no âmbito da escolha racional – chama a atenção Elster – tem sido cada vez mais utilizada e vem, conseqüentemente, ampliando sua importância.

A teoria dos jogos nada teria a oferecer ao marxismo se toda a violência fosse estrutural; se os interesses de classe fossem puramente objetivos e se os conflitos se resumissem a interesses de classe incompatíveis. Mas porque as classes se cristalizam em atores coletivos que se confrontam uns aos outros pela distribuição de renda e de poder, bem como devido à natureza das relações de propriedade, e como também existem relações estratégicas entre membros de uma dada classe, a teoria dos jogos é necessária para explicar essas complexas interdependências (1989c, p. 183).

Em outro texto, ele admite que preferiria falar em “teoria das interdependências das decisões”, pois a teoria dos jogos enfatiza exatamente esse conjunto de interdependências (1989b, pp. 40-45). Elster aborda, então, minuciosamente, essa série de interdependências, além dos elementos essenciais que possibilitariam à teoria dos jogos contribuir para que a teoria social marxista encontrasse microfundamentos explicatórios em suas análises, o que justificaria sua utilização.

Essa teoria admite, nas situações sociais, uma condição de jogo. Como tal, existirão pelo menos dois jogadores ou, mais precisamente, atores. Todos são naturalmente racionais e agem segundo suas estratégias. Com elas buscam, dadas certas condições, maximizar seus ganhos. Esses vão depender da escolha estratégica que cada um fizer. Conseqüentemente, “o ganho de cada um dependerá da escolha de todos” e “do ganho de todos”. Assim, se se quer maximizar os ganhos, cada “jogador terá de ser capaz de prever as decisões dos outros, sabendo que eles estarão prevendo a sua. A escolha de cada um depende da escolha de todos” (1989c, p. 184; grifos do autor).

Os elementos essenciais para o jogo são: (1) a “*informação*” sobre os “recursos dos outros atores, suas preferências, suas informações e a estrutura de recompensas”, sendo a situação de informação perfeita (quando se conhece tudo sobre os recursos do outro) extremamente difícil; (2) o “*ponto de equilíbrio*” entendido como “um conjunto de estratégias em que a estratégia de cada ator é ótima ‘vis-à-vis’ às do outro”, evitando-se “a regressão infinita ‘eu penso que ele pensa que eu penso ...’”; (3) a “*solução de jogo*” correspondendo ao “conjunto de estratégias para o qual convergem tacitamente os atores racionais com informação perfeita” (*idem*; grifos do autor).

Quanto à tipologia de jogos, Elster identifica duas: (1) jogos de duas pessoas e (2) de n pessoas. Para tornar possível chegar-se a generalizações, pode-se transformar um jogo de n pessoas em um de duas (*eu* e *o resto*). Os jogos podem ser: (1) de *soma zero* (o mais simples entre duas pessoas), onde um ganha o que o outro perde, que são os de *conflito puro* e sempre têm solução; e (2) de somas variáveis onde a distribuição dos ganhos e o total a ser distribuído dependerão das estratégias a serem adotadas. Esses últimos podem ser subdivididos em *jogos de cooperação* e *jogos mistos de cooperação e conflito*. Os jogos só terão solução se passarem de jogos não-cooperativos para cooperativos (*op. cit.*, p. 185).

A teoria dos jogos pressupõe dois tipos de estratégias: (1) solidária "S" e (2) egoísta "E". Existem quatro possibilidades de estratégias em um "jogo artificial entre 'eu' e o 'resto'" (*idem*):

- A. Cooperação universal: todos usam S
- B. Egoísmo universal: todos usam E
- C. *Free-rider* ['carona']: 'eu' uso E, o 'resto' usa S
- D. *Sucker* ['trouxá']: 'eu' uso S, o resto usa E" (*op. cit.*, p. 187).

Com o ordenamento CABD (isto é, as preferências acima organizadas nesta ordem), tem-se o chamado *Dilema do Prisioneiro* (a estratégia dominante é o egoísmo; a solução do jogo é o egoísmo universal; a cooperação universal não é individualmente estável nem acessível). Com o ABCD, tem-se o *Jogo da Garantia* (não existe estratégia dominante; o ótimo da cooperação universal é individualmente acessível; a cooperação universal e o egoísmo universal são, ambos, pontos de equilíbrio; a solução só é possível se houver informação completa). Para o ADBC, ocorrerá o *Imperativo Categórico* (a solidariedade é a estratégia dominante). E quando se tem o CADB, é o *Jogo da Galinha* (o jogo não tem solução; o ótimo é individualmente acessível, mas não individualmente estável) (*op. cit.*, pp. 187-191).

Como pode ser constatado acima, Elster expõe todas as situações de forma descritiva, embora elas possam – e, aliás, assim é que os *marxistas analíticos* costumam fazer – ser demonstradas através de matrizes matemáticas simples, do tipo 2 x 2.

Elster trabalha no texto, em nível analítico, com três aplicações da teoria dos jogos a situações concretas. Assim, discute: “a lógica da solidariedade e cooperação no interior das classes, os problemas das alianças entre trabalhadores e capitalistas e alguns aspectos estáticos e dinâmicos da luta de classes” (*op. cit.*, p. 186). Posteriormente, busca explicá-las, então, à luz da teoria dos jogos. Entretanto, para os objetivos aqui já estabelecidos, considero suficiente indicar apenas algumas das aplicações expostas por Elster.

Para ele, o ponto fraco da teoria dos jogos estaria sobretudo na “falta de hipóteses testáveis”. Embora haja uma significativa quantidade de estudos utilizando a teoria dos jogos, ele admite que há “poucas aplicações a cenários experimentais” (*op. cit.*, p. 203).

Já o valor da teoria estaria “principalmente em iluminar a natureza da interação social e em criar categorias mais discriminantes para a análise sociológica”. No entanto, considera que essa é uma situação que será superada, cabendo à teoria dos jogos possibilitar os microfundamentos necessários ao marxismo “[...] para a compreensão de situações de conflito misto e de cooperação [...]” (*op. cit.*, p. 203-4).

Para que se tenha uma visão mais completa dos argumentos e de suas conseqüências para o marxismo, devo observar, enfim, o que estaria vivo e o que estaria morto na filosofia de Marx, segundo Elster.

Em livro publicado no Brasil com o título de *Marx hoje* (1989b), Elster discute a metodologia marxista, a alienação, a economia marxista, a exploração, o materialismo histórico, a consciência e lutas de classes, a teoria política e a crítica marxista da ideologia. O livro corresponde a um quarto de sua obra *Making Sense of Marx*, de 1985. A pergunta apresentada neste tópico (o que está morto e o que está vivo em Marx?) é o título do último capítulo daquele livro. Sem entrar nas discussões, reproduzirei aqui apenas o que Elster considera que permanece vivo e o que estaria morto na filosofia de Marx. (Seriam estes os sete pecados e as sete virtudes do marxismo?)

No entanto, para que possa afirmar que uma teoria tem algo de morto ou que ela está morta, entende Elster, deve-se observar alguns aspectos:

Primeiro, ela pode ser inaplicável hoje, ainda que fosse correta quando formulada pela primeira vez [...]. Em segundo lugar, a teoria pode ter sido falsa mesmo quando originalmente formulada, ainda que não o fosse por falha do autor [...] em função dos dados ou das técnicas analíticas disponíveis na época [...]. Terceiro, a teoria pode ter sido falsa à época de sua formulação, mesmo à luz dos dados e técnicas disponíveis (1989b, p. 206).

Considerando esses fundamentos, Elster defende que parte da obra de Marx pode ser enquadrada em um dos três tipos de fundamentos, ou de forma combinada. Para ele, o que está morto na teoria de Marx é o seguinte:

O socialismo científico [dentre outras razões apresentadas por Elster, porque] não há argumento intelectualmente respeitável que sustente a concepção de que a história está sujeita a um padrão progressivo que pode ser detectado no passado e extrapolado para o futuro [...]. *O materialismo dialético* [porque, também dentre outras razões, a doutrina do materialismo filosófico e histórico do marxismo] podem ser resumidas na afirmação de que 'o ser determina a consciência' [...]. *A teleologia e o funcionalismo* [de certa forma, pelas razões já apontadas anteriormente] [...]. *A teoria econômica* [...] com exceção da teoria da mudança técnica [principalmente a teoria do valor-trabalho e da taxa de lucro declinante quando da introdução de técnicas poupadoras de trabalho] [...]. *A teoria das forças produtivas e das relações de produção* [pois] ela carece de microfundamentos [...]” (op. cit., p. 209-213; grifos meus).

Elster aponta em seguida o que está numa posição intermediária, ou seja, nem vivo nem morto de forma absoluta. Trata-se, provavelmente, do que pode ser salvo. Exceção: os dois últimos itens, que ele considera proposições realmente vivas.

“*O método dialético* [aquele que não está contaminado pelo pensamento hegeliano, pelo menos] [...]. *A teoria da alienação* [...] da mesma forma que seu correlato, a concepção do bem viver para o homem [...]. *A teoria da exploração* [...] assim como sua correlata, a da justiça distributiva [...]. *A teoria da ideologia* [pode e deve ser ressuscitada]. *A teoria marxista da mudança técnica* está definitivamente viva [...]. *A teoria marxista da consciência de*

classe, da luta de classes e da política está vivíssima [...]" (op. cit., pp. 214-219; grifos meus).

Com tais argumentos e instrumental é que Elster defende a adoção da teoria dos jogos por ela abranger interações de estratégias, comportamento e consequência, elementos com os quais pode-se construir modelos explicativos válidos no âmbito das ciências sociais (Roemer, 1989, p. 14). Dito isso, passarei a expor sinteticamente aspectos do debate que suas críticas e idéias suscitaram entre os próprios *marxistas analíticos*.

O debate entre os marxistas analíticos em torno das críticas e propostas metodológicas de Elster

Cohen (1990), Roemer (1989) e Przeworski (1988) concordam que as explicações marxistas são funcionalistas. No entanto, diferentemente dos demais, Cohen considera legítimo o uso do funcionalismo, refutando sua substituição pela teoria dos jogos. Acredita que os recursos metodológicos dessa teoria não dão melhores respostas aos problemas apontados por Elster, uma vez que, por exemplo, "essa via de explicação não se coaduna com o materialismo histórico", onde as principais teses são funcionais na forma (Cohen, 1990, p. 180).

A associação que faço entre materialismo histórico e explicação funcional não se deve a que desde o início julgasse esse tipo de explicação uma boa coisa, aproximando-o em consequência do marxismo. Eu parti do compromisso com o marxismo, e minha ligação com a explicação funcional nasceu de uma análise conceitual do materialismo histórico. Não vejo como o materialismo possa evitá-lo, para o bem e para o mal. Façamos um contraste com a atitude de Jon Elster com relação ao marxismo e à teoria dos jogos. Ele quer que o marxismo se una à teoria dos jogos porque admira essa teoria e pensa que o marxismo pode ganhar com tal casamento. Eu não digo que quero casar marxismo e explicação funcional, porque em minha opinião esse tipo de explicação é inerente ao marxismo (p. 187).

Sendo assim, Cohen preocupa-se em resumir suas divergências com Elster:

(1) explicações funcionais estão no coração do materialismo

histórico; (2) a teoria dos jogos, portanto, não pode substituir as explicações funcionais no contexto da análise marxista da sociedade; (3) não há tampouco lugar para a teoria dos jogos no coração do materialismo histórico ao lado das explicações funcionais; (4) mas a teoria dos jogos é útil com respeito a proposições próximas do coração do materialismo histórico; (5) não há erro metodológico nas teses explicativas funcionais do materialismo histórico; (6) mas os marxistas não têm feito muita coisa para demonstrar que elas são verdadeiras (p. 195).

E segue Cohen como que analisando o futuro do marxismo e reconhecendo onde residiria a contribuição das propostas de Elster:

Se a explicação funcional marxista permanece tão insuficiente na prática (por oposição a sua adequação na alta teoria), as proposições fundacionais do materialismo histórico poderão ser severamente modificadas. Posições de grande autoridade tradicional talvez tenham de ser abandonadas. Um dos méritos de Elster está em mostrar como se pode enriquecer e estender o que resta da doutrina que herdamos (*idem*).

Por outro lado, enquanto Elster procura mostrar que o marxismo pode ter algumas de suas proposições salvas se utilizar o instrumental metodológico do paradigma da escolha racional (a teoria dos jogos), Przeworski (1988) propõe-se a encontrar os pontos comuns aos dois. Para tanto, volta-se para a lógica da ação coletiva, discutindo uma teoria (1) da ação individual, (2) da formação dos atores sociais, (3) da estrutura dos conflitos de classes, tendo a teoria dos jogos enquanto instrumento técnico válido, mas passível de críticas.

No caso da utilização dos recursos metodológicos da “abordagem da escolha racional”, Przeworski aponta a necessidade de combinar duas posições de forma conjunta. Ou seja, (1) a exigência colocada pelo “individualismo metodológico” de que “todos os fenômenos têm que ser compreensíveis como um produto da ação de indivíduos” tem que estar combinada com (2) um suposto da “escolha racional”, que ele chama de substantivo, e que significa “que o comportamento individual é racional no sentido instrumental do termo” (*op. cit.*, pp. 5-25; cf. também Dentzien, 1987).

Entretanto, diferentemente de Cohen, e concordando com Elster,

Przeworski aceita que “o marxismo já não é impermeável” aos desafios colocados pelo “individualismo metodológico” (1988, p. 6). Ou seja, é preciso dotar a teoria marxista de microfundamentos (*op. cit.*, p. 7).

E, como para ele qualquer marxismo é uma teoria da história, afaste-se de Cohen (para quem o marxismo é uma teoria da humanidade), de Elster (que parece satisfeito em analisar fenômenos isolados e precisos, utilizando a teoria dos jogos) e de Roemer (que baseia seus estudos em comparações de equilíbrios estáticos). Mas, concorda com Elster ao considerar que se se aceita “a validade metodológica de postulados individualistas, a maioria das preocupações tradicionais da teoria marxista, senão todas devem ser radicalmente reformuladas” (Przeworski, 1988, p. 21).

Isso não o impede de criticar a teoria dos jogos. Pois, diante das atuais limitações dessa teoria - que considera as preferências como dadas, não indaga como elas são construídas, nem como, uma vez existentes, influenciam ou produzem outras condições -, ela (a teoria dos jogos) “não tem nada a dizer a respeito da história” (*op. cit.*, p. 22). Assim, Przeworski aproxima-se de Cohen, como vimos, e de Wright e colaboradores, como veremos. Quanto à necessidade de não considerar as “preferências como dadas”, mas, contrariamente, concordando que “os modelos da escolha racional deveriam ser utilizados para se desenvolver uma teoria endógena das preferências”, Roemer (1989, p. 222) está de acordo com Przeworski (1988).

Przeworski refuta ainda a afirmativa de Elster onde ele define o que entende por “individualismo metodológico”. Para Przeworski, ela é “estéril”, pois “ao passo que toda teoria da história precisa ter microfundamentos, a teoria da ação individual tem que conter mais informação contextual do que permite o atual paradigma da escolha racional” (1988, pp. 6-7).

Observo, enfim, que Roemer e Wright, assim como os demais, consideram que o que distingue o marxismo das “ciências sociais burguesas” são suas afirmativas substantivas e não uma metodologia própria. E Roemer faz coro a Elster criticando a “teleologia” de Marx, que força o marxismo a entender que “os desenvolvimentos devem ocorrer a fim de que a história alcance sua finalidade”. Roemer

contesta, assim, o recurso teleológico (aliando-se com Elster) que o marxismo faz aos "papéis históricos" (Roemer, 1989, p. 219).

O significado da adoção do instrumental do paradigma da escolha racional pelo marxismo, para Roemer, é o surgimento do "marxismo da escolha racional" ou, o que talvez seja o mesmo que dizer, do *marxismo analítico*. Sobre isso ele afirma:

O que se perdeu com o marxismo da escolha racional foi principalmente a teleologia. Não se pode defender que só ocorrem aquelas coisas que são ótimas para a preservação do sistema capitalista; ou que, pelo contrário, o sistema se autodestruirá. Talvez estes fatos ocorram, mas é preciso mostrar os mecanismos que os produzem ao nível da formação de preferências e os processos de solução. A herança do marxismo como idéia é um conjunto de potentes intuições descritivas. Estas descrições não devem ser assumidas como verdadeiras; devemos antes mostrar como dão lugar a teoremas em modelos cujos postulados são elementares e inquestionáveis (1989, p. 230).

Agora passo a destacar que, ao focar as propostas reducionistas dos *marxistas analíticos*, Wright e colaboradores (Levine, Sober & Wright, 1989) discordam de que elas tenham a exclusividade da validade explicativa. Isso não os impede de ressaltar a importância da incorporação das análises dos microfundamentos dos processos sociais como forma de enriquecer e conferir credibilidade às explicações macrossociológicas.

Simpatizamos com a idéia de que é substantiva, e não metodológica, a peculiaridade do marxismo, e que, enquanto ciência da sociedade, sua metodologia deveria ser apenas boa metodologia científica. Mas, o individualismo metodológico *não* é boa metodologia científica, embora, conforme demonstraremos adiante, haja solidez em algumas intuições que o motivam (Levine, Sober & Wright, 1989, p. 58; grifo dos autores).

Para eles, a tendência ao holismo que se vê em Marx seria resultado não de uma atitude consciente e de compromissos filosóficos, mas, sim, de uma certa negligência intelectual. Talvez eles tenham em mente o próprio fato de que, por um lado, Marx não concluiu a grande maioria de suas obras e, por outro, as condições objetivas em que sua obra foi pensada e elaborada são as de um intelectual

empenhado em transformar e não apenas em interpretar o mundo (Marx, 1987, p. 163).

Assim, Wright e colaboradores admitem que se são positivas as críticas de Elster e sua proposta em adotar a teoria dos jogos, porque fornecerá os microfundamentos necessários ao marxismo, o mesmo não se pode dizer com relação à adoção do “individualismo metodológico”. Pois, como eles afirmam,

Banir os tipos sociais como objetos de pesquisa é empobrecer as finalidades explicativas da ciência social, bem como contraditar práticas racionais de análise. Os microfundamentos são importantes para a teoria macrosociológica porque ajudam a focalizar as questões e enriquecer as respostas. Mas a ciência exige mais do que a sua elaboração (*op. cit.*, p. 70).

Considerações finais

A partir destas breves notas de leituras, observo que os *marxistas analíticos* parecem se afastar, de um modo geral, das teses centrais de Marx e do marxismo, sejam elas substantivas ou metodológicas. Embora a obra e o pensamento de Marx sejam por demais diversificados e ricos – e a citação seguinte não o traduza em toda a sua plenitude –, para identificar esse distanciamento, lembro de trecho de carta de Marx dirigida a John Weydemeyer, em 1852. Ali Marx parece definir, com absoluta clareza, o que considerava constituir o núcleo central de seu pensamento e, possivelmente, sua contribuição pessoal, pelo menos até aquele ano.

No que agora me concerne, não me cabe nem o mérito de ter descoberto a existência das classes na sociedade moderna, nem o da luta delas entre si: historiadores burgueses já tinham exposto muito antes de mim o desenvolvimento histórico dessa luta das classes, e economistas burgueses tinham exposto a anatomia econômica das mesmas. O que eu trouxe de novidade foi demonstrar: 1. que a *existência das classes* está ligada apenas a *determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção*; 2. que a luta de classes conduz necessariamente à *ditadura do proletariado*; 3. que esta mesma ditadura constitui apenas a transição para a *superação de todas as classes* e para uma *sociedade sem classes*” (1983, p. 441-443; grifos no original).

Entretanto, o afastamento ou a negação do pensamento de Marx não parece preocupar os *marxistas analíticos*. O que, aliás, admitem, pelo menos Elster e Przeworski, como pode ser observado nas declarações em seguida. Para Elster, por exemplo,

Se ser marxista significa manter todas as idéias que o próprio Marx considerava como as mais importantes, inclusive o socialismo científico, a teoria do valor-trabalho, a teoria da taxa declinante dos lucros, a unidade da teoria e da prática revolucionária e a visão utópica de uma sociedade comunista transparente e livre de escassez, então certamente eu não sou marxista. Mas, se, por marxista, se entende alguém que pode encontrar a origem de suas crenças mais importantes em Marx, então, eu sou, de fato, marxista. Para mim, isso inclui principalmente o método dialético e as teorias de alienação, da exploração e da luta de classes, de forma adequadamente revista e generalizada (1989b, p. 18).

Neste mesmo sentido, Przeworski afirma que

se aceitamos a validade metodológica de postulados individualistas, a maioria das preocupações tradicionais da teoria marxista, se não todas, devem ser radicalmente reformuladas. Se os resultados eventuais irão confirmar qualquer das propostas substantivas da teoria marxista da história e se a teoria resultante será 'marxista' em algum outro sentido, é coisa que não sei (1988, p. 21).

Contudo, se isso é válido ou não, parece-me, ainda é (e nunca deixará de ser) uma questão em aberto. Pois, apesar de Haguette, por exemplo, considerar possível que a “abordagem das escolhas estratégicas” – de acordo com Przeworski e não simplesmente o “individualismo metodológico” proposto por Elster – faça uso do “método liberal da Teoria neoclássica sobre a escolha racional, mas não [de sua] ontologia”, e que isto seja possível e válido (*op. cit.*, p. 194), alguém já afirmou que Elster, em especial, deveria optar entre o marxismo e o “individualismo metodológico” (Burowöy, 1991, p. 103).

Bibliografia

- BUROWÖY, M. (1991), " 'Making nonsense of Marx': o marxismo revisto pelo individualismo metodológico", *RBCS*, n.15, ano 16, pp. 101-103.
- COHEN, G.A. (1990), "Resposta ao artigo 'Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos de Jon Elster'" . *Lua Nova*, n. 20, pp. 179-195.
- DENTZIEN, P. (1987), "Modelos de sociedade e escolha racional". *RBCS*, n. 5, vol. 2, pp. 100-105.
- ELSTER, J. (1989a), *Ulises y las sirenas. Estudios sobre racionalidad e irracionalidad*. México, D.F., Fondo de Cultura Económica.
- _____ (1989b), *Marx hoje*. São Paulo, Paz & Terra.
- _____ (1989c), "Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos. Argumentos em favor do individualismo metodológico". *Lua Nova*, n. 12, pp. 163-204.
- _____ (1991), "Marxismo, o pensamento analítico". *Novos Estudos CEBRAP*, n. 31, pp. 95-105 (entrevista a Esther Hamburger).
- HAGUETTE, T. M^a F. (1992), "O individualismo metodológico na confluência da estrutura e da ação individual" in _____ *Metodologia qualitativa na sociologia*. Petrópolis, Vozes, pp. 173-206.
- LEVINE, A., SOBER, E. & WRIGHT, E. (1989), "Marxismo e individualismo metodológico". *RBCS*, n. 11, Vol. 4, pp. 54-70.
- LUCÁKS, G. (1989). "O que é o marxismo ortodoxo ?" in: *História e consciência de classe. Estudos de dialética marxista*. Rio de Janeiro, Elfos/Porto, Publicações Escorpião, pp. 15-40.
- MARX, K. (1983). "O que é novo no materialismo histórico? (Carta a John Weydemeyer)" in: Marx, K. & Engels, F. *Coleção Grandes Cientistas Sociais* (org. da coleção e do volume Florestan Fernandes). São Paulo, Ática.

MARX, K. (1989). "Teses contra Feuerbach". Os *Pensadores*. São Paulo, Nova Cultural.

NIELSEN, K. (1993). "Analytical marxism as critical theory: a theory in crisis". *Manuscrito*, vol. XVI, n. 1, pp. 5-36.

PRZEWORSKI, A. (1988), "Marxismo e escolha racional". *RBCS*, n. 6, Vol. 3, pp. 5-25.

_____ (1991), *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo, Companhia das Letras.

ROEMER, J. E., (1989), "Marxismo de 'elección racional': algunas cuestiones de método y contenido" in _____ (compilador), *El marxismo: una perspectiva analítica*. México, D.F., Fondo de Cultura Económica, pp. 219-230.

WRIGHT, E., LEVINE, A, & SOBER, E. (1993), *Reconstruindo o marxismo. Ensaios sobre a explicação e teoria da história*. Petrópolis, Vozes.

